

Política de Privacidade

1. Quem somos?

A **Data Lawyer Insights Tecnologia Ltda. - ME** (CNPJ/MF nº 37.251.101/0001-45) é uma empresa tecnológica e inovadora em soluções jurídicas, especializada na prestação de serviços de análises estatísticas e gestão de processos judiciais. Tal atividade demanda o tratamento de uma grande quantidade de dados pessoais que são, em sua maioria, públicos.

Além de dados pessoais públicos, a Data Lawyer Insights também trata dados pessoais de clientes e Usuários - logados ou não - bem como de terceiros, fornecidas por seus clientes. De todo modo, o tratamento de dados pessoais de Usuários, clientes ou terceiros se limita às finalidades de prestação dos serviços descritos nesse documento.

2. O propósito desse documento

A Política de Privacidade aqui descrita busca fortalecer o compromisso da Data Lawyer Insights com a privacidade dos Usuários durante todo o processo de navegação do site, bem como objetiva privilegiar o princípio da transparência.

Por meio desse documento, a Data Lawyer Insights se compromete a divulgar e esclarecer a forma como os dados pessoais de seus Usuários e clientes são tratados, a fim de que saibam quais informações são coletadas, utilizadas, armazenadas, descartadas ou divulgadas a terceiros.

3. Definições importantes

- a) **"Data Lawyer Insights"**: pessoa jurídica responsável pela gestão e oferta dos serviços disponibilizados na plataforma "insights.datalawyer.com.br" e, no âmbito da presente política e para os fins da LGPD, também denominada "controlador".
- b) **"Usuário"**: pessoa natural que utiliza os serviços da Data Lawyer Insights em nome próprio ou do contratante - colaborador autorizado - ou aquele que navega no site sem estar logado.

- c) **"LGPD"**: significa "Lei Geral de Proteção de Dados", trata-se da Lei nº 13.709/18.
- d) **"Dados pessoais"**: qualquer informação relacionada à pessoa natural que a identifique, ou que, usada em combinação com outras informações tratadas, identifique um indivíduo. Ainda, qualquer informação por meio da qual a identificação ou informação de contato de uma pessoa natural seja possível.
- e) **"Titular"**: pessoa natural a quem se refere os dados pessoais objeto do tratamento.
- f) **"Tratamento de dados pessoais"**: considera-se tratamento de dado pessoal a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados de pessoas físicas.
- g) **"Controlador"**: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- h) **"Encarregado"**: pessoa natural ou jurídica, indicada pelo controlador, que atua como canal de comunicação entre o controlador, os titulares de dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- i) **"Registros de acesso"**: o conjunto de informações referentes à data e hora de uso de uma determinada aplicação de internet a partir de um determinado endereço IP.
- j) **"Operador"**: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- k) **"Finalidade"**: o que a Data Lawyer Insights objetiva a partir do tratamento de dados pessoais.
- l) **"Necessidade"**: razão pela qual se justifica o tratamento de dados pessoais pela Data Lawyer Insights para que seja atingida a finalidade pretendida. O tratamento de dados pessoais, contudo, deve se limitar ao mínimo

necessário para que se alcance o propósito almejado, ou seja, deve ser pertinente, proporcional e não excessivo.

- m) **"Consentimento"**: autorização livre, informada e inequívoca (sem deixar dúvidas) pela qual o usuário concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade previamente estipulada. Após conceder o consentimento, este poderá revogá-lo a qualquer tempo. Contudo, cumpre frisar que a revogação do consentimento não tem o condão de invalidar o tratamento realizado em momento anterior.

4. A quem essa Política de Privacidade se aplica?

Esta Política de Privacidade se aplica a todos aqueles que utilizam a plataforma da Data Lawyer Insights, bem como àqueles que de alguma forma tenham seus dados pessoais tratados pela Data Lawyer Insights. A utilização do site pelo Usuário implica na aceitação desta Política de Privacidade.

5. A Data Lawyer Insights coleta e utiliza os seguintes dados pessoais para a prestação de seus serviços:

Informações que você fornece	A Data Lawyer Insights coleta as informações que o Usuário fornece quando cria sua conta. São elas: nome completo, e-mail, CPF, estado civil, data de nascimento, gênero, endereço residencial, números de telefone, número da OAB e endereço profissional.
Informações coletadas automaticamente	A Data Lawyer Insights coleta e armazena informações sempre que o Usuário interage com a plataforma. São exemplos a utilização de cookies, número do IP do dispositivo e a data e hora do acesso.
Informações coletadas de outras fontes	A Data Lawyer Insights coleta dados pessoais de outras fontes, como fontes públicas, como é o caso dos processos judiciais

A Data Lawyer Insights não coleta ou armazena dados de cartões de crédito dos Usuários. Todas as transações e pagamentos são realizadas em plataformas de terceiros pelas operadoras de pagamento, e somente elas têm acesso a essas informações.

6. Finalidade do tratamento de dados pessoais pela Data Lawyer Insights

Finalidade	Base Legal
A fim de prestar o serviço contratado, dando-lhe a funcionalidade adequada.	Art. 7º, V da Lei Geral de Proteção de Dados - execução do contrato entre a Data Lawyer Insights e o Usuário
A fim de responder às solicitações, atender pedidos e dar suporte técnico.	Art. 7º, II da Lei Geral de Proteção de Dados - cumprimento de obrigação legal cível
A fim de enviar informações administrativas sobre a plataforma.	Art. 7º, V da Lei Geral de Proteção de Dados - execução do contrato entre a Data Lawyer Insights e o Usuário
Para fins comerciais, tais como análise e gestão de negócios, pesquisas de mercado, auditorias, desenvolvimento de novos produtos, aprimoramento dos sites e melhoria de nossos serviços e produtos.	Art. 7º, IX da Lei Geral de Proteção de Dados - interesse legítimo da Data Lawyer Insights de otimizar sua administração e gestão.
Para fins de publicidade - direcionada ou não - via banners, cookies, e-mails ou outros métodos.	Art. 7º, IX da Lei Geral de Proteção de Dados - interesse legítimo da Data Lawyer Insights em estreitar sua relação com os Usuários de seus serviços. Caso o Usuário não queira receber esse tipo de conteúdo, basta informar e o envio será interrompido.
Para cumprimento de obrigações legais, como relacionadas à processos ou requisições de autoridades públicas ou governamentais.	Art. 7º, II da Lei Geral de Proteção de Dados - cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
A fim de proteger os direitos, a privacidade, a segurança, a propriedade, as operações, aplicar termos e condições,	Art. 7º, IX da Lei Geral de Proteção de Dados - interesse legítimo da Data Lawyer Insights.

permitir o alcance de recursos disponíveis ou limitar os danos causados à Data Lawyer Insights.	
---	--

7. Dados de processos judiciais

A Data Lawyer Insights trata dados pessoais obtidos a partir de processos judiciais e/ou administrativos. Tal tratamento encontra respaldo na Constituição Federal (art. 5º, XXXIII, art. 5º, LX, art. 37, art. 93, IX, art. 170, art. 216, §2º, art. 220), no Código de Processo Civil (art. 927, §5º), na Lei Geral de Proteção de Dados (art. 6º, VI), na Lei do Processo Eletrônico (art. 10, §6º) na Lei de Acesso à Informação (art. 3º, I), no Estatuto da OAB (art. 7º, XIII) e na Resolução 121 do CNJ (art. 3º, §1º).

Cumprе ressaltar que a Data Lawyer Insights não coleta dados pessoais em processos em que tenha sido decretado segredo de justiça. Por outro lado, não se responsabiliza pela captura de dados de processos que deveriam estar em sigilo, mas que não tenham tido o pedido de sigilo deferido ou que de qualquer modo não tenha se adequadо ao sistema de processo eletrônico ou Diário de Justiça.

A Data Lawyer Insights poderá tratar dados pessoais vinculados a processos sigilosos, quando o próprio usuário do sistema o inclui e, nesse caso, somente realizará o tratamento dentro das hipóteses legais e dentro do necessário para a funcionalidade da plataforma.

8. Compartilhamento de dados com terceiros

A Data Lawyer Insights pode compartilhar determinadas informações pessoais coletadas dos Usuários com plataformas de gerenciamento de vendas, marketing ou administrativas, entretanto, tal compartilhamento será feito visando fornecer ou melhorar seus serviços e produtos.

O site pode incluir links para sites de terceiros, plug-ins ou aplicativos. Clicar nesses links ou habilitar tais conexões pode permitir que terceiros colem ou compartilhem dados dos Usuários. A Data Lawyer Insights não é responsável pela política de privacidade destes sites de terceiros, portanto, quando o Usuário sair desta plataforma deve se certificar de ler a política de privacidade específica de cada sítio eletrônico visitado.

Além destas hipóteses, a Data Lawyer insights compartilha dados pessoais dos Usuários nos casos em que o compartilhamento for necessário para o cumprimento da legislação aplicável ou diante de requisição de autoridades públicas ou governamentais.

9. Tempo de retenção de dados pessoais

Os dados pessoais coletados ou tratados pela Data Lawyer Insights serão armazenados durante o tempo em que durar o contrato (art. 7º, V da LGPD). Findo o contrato, as informações do usuário, incluindo dados pessoais de terceiros, serão armazenadas de acordo com as normas de prescrição do direito brasileiro, salvo se o tratamento tiver como base o consentimento do titular.

Após o prazo prescricional, os dados pessoais tratados pela Data Lawyer Insights serão eliminados, com exceção dos casos em que o tratamento for necessário em razão das hipóteses previstas nos incisos do art. 7º da LGPD.

Em relação aos dados pessoais contidos em processos judiciais, o tempo de retenção será indefinido, visto que o tratamento é justificado pelo legítimo interesse (art. 7º, IX da LGPD) e pela necessidade de tratamento destes dados pela Data Lawyer Insights, a fim de que possa exercer seu objeto social.

10. Direitos dos titulares de dados pessoais

O Usuário tem direito de solicitar à Data Lawyer Insights informações referentes ao tratamento de seus dados pessoais, por meio dos pedidos abaixo:

- i. **CONFIRMAÇÃO da existência de tratamento:** em caso de dúvida, os titulares de dados pessoais podem entrar em contato a fim de confirmar se algum dado pessoal é tratado ou armazenado pela Data Lawyer Insights. Os requerimentos serão respondidos:
 - a) em formato simplificado, imediatamente;
 - b) por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento;
 - c) por meio eletrônico, seguro e idôneo para esse fim ou impresso.



- ii. **Acesso aos dados:** é direito dos titulares requerer acesso aos dados existentes e tratados pela Data Lawyer Insights. Os requerimentos serão respondidos:
 - a) em formato simplificado, imediatamente;
 - b) por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento;
 - c) por meio eletrônico, seguro e idôneo para esse fim ou impresso.

- iii. **Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados:** os titulares de dados podem solicitar a Data Lawyer Insights a qualquer momento, a alteração de seus dados pessoais, no caso em que estejam incorretos, inexatos ou desatualizados. São exemplos: atualização de nome, alteração de telefone e endereço. É importante que os dados pessoais sejam precisos e atuais, assim, cabe ao Usuário manter a Data Lawyer Insights informada nos casos em que seus dados pessoais precisem ser corrigidos.

- iv. **Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade a LGPD:** o titular poderá solicitar o bloqueio e a eliminação de seus dados pessoais. Tal solicitação só será negada pela Data Lawyer Insights nos casos em que o pedido não possa ser atendido ou nos casos em que for obrigatório ou permitido seu armazenamento, nas hipóteses elencadas no art. 7º da LGPD e demais dispositivos aplicáveis. No tocante aos dados anonimizados, são aqueles que não possibilitam a identificação do titular, considerando a utilização de meios técnicos, razoáveis e disponíveis na ocasião do tratamento. Em razão de a anonimização impedir a identificação do indivíduo, os dados anonimizados deixam de ser considerados pessoais e, portanto, passam a estar fora do escopo de aplicação da LGPD, desde que o processo de anonimização não possa ser revertido.

- v. **Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial:** a portabilidade dos dados pessoais não inclui dados que já tenham sido anonimizados pela Data Lawyer Insights.

- vi. **Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular** - os dados pessoais dos titulares serão eliminados após o cumprimento da finalidade, exceto em determinados casos:
 - a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pela Data Lawyer Insights;
 - b) transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na LGPD; ou
 - c) uso exclusivo da Data Lawyer Insights, vedado seu acesso por terceiro, e desde que os dados estejam anonimizados.

- vii. **Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados:** é direito do titular requerer acesso aos dados pessoais que forem encaminhados às entidades públicas e privadas, exceto, em situações não permitidas previstas em lei.

- viii. **Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa:** a Data Lawyer Insights está disponível para atender e auxiliar, de forma transparente, quaisquer dúvidas que possam existir em função do tratamento dos dados pessoais dos titulares. Inclusive informar quais são os possíveis impactos negativos caso o titular dos dados revogue o seu consentimento para o uso dos dados pessoais, nos casos em que a base legal para tratamento dos dados é o consentimento do titular.

- ix. **Revogação do consentimento:** o consentimento fornecido pelas titulares dos dados pessoais poderá ser revogado a qualquer momento por meio de pedido formal a Data Lawyer Insights.

11. Segurança dos dados pessoais:

A Data Lawyer Insights emprega medidas organizacionais e técnicas administrativas adequadas para proteger os dados pessoais sob seu controle, bem como mantém registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realiza.

Para garantir a máxima segurança aos seus dados pessoais, a Data Lawyer Insights exige dos parceiros operadores que utilizem *cloud computing* (armazenamento em nuvem) e a adoção dos mais rígidos controles e padrões de segurança, em conformidade com as normas de proteção de dados pessoais.

Além disso, todas as informações trafegadas entre o usuário e a Data Lawyer Insights são criptografadas, impedindo o acesso via interceptação. Ainda que interceptados, dada a criptografia utilizada, os dados e documentos ficarão ininteligíveis ao terceiro desautorizado. O acesso às informações coletadas é restrito aos colaboradores e pessoas autorizadas, cumprindo a Data Lawyer Insights com o previsto no art. 13 do Decreto nº8.771/2016.

Caso o Usuário entenda que sua interação com a Data Lawyer Insights tenha deixado de ser segura em algum momento, deve notificá-la imediatamente do problema, entrando em contato através dos canais apontados ao fim desta Política de Privacidade.

12. Modificação da Política de Privacidade

A Data Lawyer Insights poderá modificar, alterar ou substituir esta Política de Privacidade a qualquer tempo. Em caso de alteração, o usuário será informado por e-mail e pela interface da plataforma 15 (quinze) dias antes da entrada em vigor da alteração. Caso o Usuário não concorde com as alterações, poderá revogar seu consentimento na forma da lei.

13. Legislação e Foro:

Esta Política de Privacidade será regida, interpretada e aplicada de acordo com as Leis da República Federativa do Brasil, independentemente das Leis de outros estados ou Países, sendo competente o foro de Goiânia para dirimir qualquer dúvida decorrente deste documento, conforme item 20 dos Termos e Condições de Uso.

14. Política de Cookies

A Data Lawyer Insights utiliza cookies, assim, caso o Usuário deseje, poderá desativar parte ou a totalidade dos cookies. É comum que isso possa ser feito no menu "opções" ou "preferências" de seu browser. Note-se que, ao

desativar cookies, pode ser que haja prejuízos na performance da navegação do site.

Os cookies utilizados pela Data Lawyer Insights têm as seguintes funções:

- a) **Cookies essenciais:** esses cookies são necessários para que a plataforma funcione de maneira mais simples e eficiente, permitindo gerenciamento de rede, um ambiente mais seguro e acessibilidade.
- b) **Cookies de desempenho:** Esses cookies ajudam a Data Lawyer Insights a entender como os usuários interagem com a plataforma, fornecendo informações sobre as áreas visitadas, o tempo de visita e quaisquer problemas encontrados, como mensagens de erro. Isso ajuda a Data Lawyer Insights a melhorar o desempenho da plataforma.
- c) **Cookies de funcionalidade:** Esses cookies permitem que sejam recolhidas informações sobre o site, permitindo uma análise técnica e estática, melhorando sua usabilidade e garantindo que a plataforma funcione adequadamente.
- d) **Cookies de publicidade:** Esses cookies são utilizados para fornecer um conteúdo mais relevante para o usuário, através de distribuição de publicidade direcionada.

15. Informações para contato em caso de dúvidas:

- **Dados do controlador:**

DATA LAWYER INSIGHTS TECNOLOGIA LTDA. - ME

CNPJ/MF Nº 37.251.101/0001-45

Av. Goiás, nº 625, QD. 09, Lt. 67, Ed. Governador Magalhães Pinto, Sala 401, 4º andar, Setor Central, Goiânia - GO, CEP: 74.015-906

- **Dados do encarregado – Data Protection Officer: (DPO)**

MARCOS RODRIGO SILVA COSTA - CPF: 949.277.402-00

Cargo: Analista de infraestrutura

E-mail para contato: protection.insights@datalawyer.com.br